

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

AS DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E SEUS EFEITOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Vitoria Wermelinger, Laura Mendes Grosso

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6931>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-09-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

AS DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E SEUS EFEITOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Laura Mendes Grosso.

<https://orcid.org/0000-0001-6754-4713>

mgrosso.laura@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos , SP, Brasil

Vitória Marinho Wermelinger .

<https://orcid.org/0000-0002-8630-1095>

[<wermelingervitoria@gmail.com>](mailto:wermelingervitoria@gmail.com)

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos , SP, Brasil

RESUMO: Temos como finalidade discutir como o processo de racialização do sujeito negro no Brasil tem sido explicado por meio dos discursos de pacificação, democracia e harmonia racial. Afim de evidenciar a existência de uma disputa narrativa, trazemos enquanto contraponto, as análises do movimento negro brasileiro, especialmente, algumas das contribuições de Luiz Gama, Lima Barreto, Virgínia Bicudo e Abdias Nascimento, isto é, intelectuais negros (as) do final do século XIX e XX. Analisamos, então, quais são os efeitos e implicações destas narrativas nos livros didáticos de sociologia, destacando principalmente, como o debate das relações raciais são abordadas nos mesmos, visto que existe um silenciamento dos(as) intelectuais negros(as) e suas teses. A partir de uma revisão bibliográfica e uma análise documental, foi possível observar que os materiais didáticos em questão carecem de uma abordagem mais sólida a respeito da história e atuação do movimento negro brasileiro na agenda política, apresentando um discurso superficial sobre o racismo, tendo como fio condutor do debate, seja apresentando ou criticando, a teoria da democracia racial, formulada por Gilberto Freyre.

Palavras-chave: Racialização; Democracia Racial; Movimento Negro; Livros Didáticos de Sociologia.

DISCURSIVE DISPUTES ABOUT RACIAL RELATIONS IN BRAZIL AND THEIR EFFECTS ON SOCIOLOGY TEXTBOOKS

ABSTRACT: Our purpose is to discuss how the process of racialization of the black subject in Brazil has been explained through the discourses of pacification, democracy and racial harmony. In order to evidence the existence of a narrative dispute, we bring as counterpoint, the analyses of the Brazilian black movement, especially some of the contributions of Luiz Gama, Lima Barreto, Virgínia Bicudo and Abdias Nascimento, i.e., black intellectuals of the late nineteenth and twentieth centuries. We analyze, then, what are the effects and implications of these narratives in sociology textbooks, highlighting mainly how the debate of racial relations are approached in them, since there is a silencing of black intellectuals and their theses. Based on a bibliographic review and a documentary analysis, it was possible to observe that the didactic materials in question lack a more solid approach about the history and performance of the Brazilian black movement in the political

agenda, presenting a superficial discourse on racism, having as the main thread of the debate, either presenting or criticizing, the theory of racial democracy, formulated by Gilberto Freyre.

Keywords: Racialization; Racial Democracy; Black Movement; Sociology Textbooks.

INTRODUÇÃO

Refletindo sobre as questões que envolvem a dificuldade em identificar o racismo no imaginário social brasileiro, Valter Silvério (2022) afirma que nesse impasse reside a articulação de três narrativas ou formações discursivas presentes nas instituições brasileiras de qualquer origem, sendo elas: o de pacificação, da democracia racial e da harmonia. No caso, o discurso da pacificação autoriza nessa lógica, tanto a tutela militar quanto institucionaliza a violência. Já o discurso da democracia racial estaria envolvido ao fabular mitologicamente a fusão consensual das três raças, fomentando desse modo, o esquecimento da desumanização provocada pela escravidão, ao mesmo tempo que autoriza a continuidade da dominação colonial ressignificada sem que haja qualquer constrangimento moral. E por fim, a narrativa da harmonia, nos remeteria de acordo com o autor, aprioristicamente e acriticamente ao paraíso tropical, a Pindorama, “abençoada por Deus e bonito por natureza”.

No caso, a esfera educacional não foge a lógica imposta pelo legado da colonialidade, produzindo e reproduzindo tais discursos mencionados, o que faz com que seja necessário discutir como a educação no Brasil lida com essa disputa narrativa dentro dos currículos e materiais didáticos. Tendo em vista que até os anos 1960, as experiências escolares das populações negras e indígenas ocuparam um papel pouco relevante no que diz respeito às políticas educacionais, como disserta Cruz (2005).

O Movimento Negro brasileiro foi responsável, mesmo diante do sistema escravocrata, por moldar e direcionar a agenda política de sua própria população, o que se acentua ao final do século XIX, com o fim da escravatura. Com isso, grandes conquistas foram alcançadas nos últimos anos, incluindo o campo da educação. Um exemplo é a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que segundo Nilma Lino Gomes (2012) representam um importante passo na descolonização dos currículos da educação básica e superior, uma vez que tornam obrigatório o ensino das Histórias e das Culturas Afro-brasileira e indígenas.

Com a implementação das leis citadas, as normas impostas pelo PNLD também sofreram alterações, para ser possível que os materiais didáticos acompanhassem as mudanças curriculares.

Torna-se obrigatório que o Livro Didático: “promova positivamente a imagem das etnias indígenas brasileiras” (BRASIL, 2007, p. 35) e aborde “a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária” (BRASIL, 2016, p. 32).

Mesmo que seja obrigatório que os livros didáticos aprovados pelo PNLD tratem sobre a temática das relações étnico-raciais, no que diz respeito a população negra brasileira e a sua história, a maneira como esse debate tem sido apresentado nos livros de sociologia nos trazem algumas problemáticas. Isso porque a discussão fica em torno da temática da escravização e do racismo a ela relacionado e, desse modo, o debate em relação a agência negra no Brasil e a atuação do movimento negro aparece somente de forma breve e transversal nesses materiais, como comenta a autora desse artigo (2022).

É preciso, portanto, discutir e considerar as ações do movimento negro no impacto da agenda política brasileira e, além disso, apresentar as diferentes narrativas construídas a respeito das relações raciais no Brasil por sujeitos intelectuais negros e negras, os quais estão contrapondo e disputando o discurso de pacificação, democracia racial e harmonia ao menos, desde o final do século XIX, mas que não são considerados ou não possuem a devida atenção no imaginário social e nem nos materiais didáticos.

Diante disso, por compreender que essas questões estão imbricadas com o passado, de modo que ele se atualiza e se faz presente, a partir dos resultados da dissertação de mestrado e do trabalho de conclusão de curso das autoras deste artigo, pretendemos fazer uma discussão teórica acerca da constituição, do desenvolvimento e das consequências dos discursos mencionados no caso brasileiro e suas implicações em relação aos materiais didáticos. Especificamente destacando como a história da população negra se faz presente nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018. Além disso, objetivamos apresentar e debater algumas das contribuições de Luiz Gama, Lima Barreto, Virgínia Bicudo, Abdias Nascimento, isto é, intelectuais negros do final do século XIX e XX, para a disputa de narrativa em torno das relações raciais no Brasil.

1-OS BROTOS DO RACISMO RIZOMÁTICO PRODUZIDOS PELA TEORIA SOCIAL BRASILEIRA E SEUS EFEITOS

Popularizou-se no Brasil nos últimos anos a noção de que o racismo seria “estrutural”. Isto é, na ideia de Almeida (2021), o racismo, ao também se manifestar institucionalmente, reproduz as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social, e somente se realiza na medida em que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Isso significa, em sua perspectiva, que assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente, o racismo que essa instituição expressa é também parte dessa mesma estrutura.

No entanto, diferentemente de uma noção “estrutural”, Valter Silvério (2022) considera o racismo como uma “rede rizomática”, oposta a qualquer noção de estrutura que defina aprioristicamente a fixação do mesmo em pontos e/ou posições. Essa noção sugere que o rizoma, diferentemente das árvores ou suas raízes, conecta um ponto qualquer e cada um de seus traços e não necessariamente está vinculado a traços da mesma natureza. Assim, ao associar regimes de signos muitos diferentes, inclusive estados de não-signos, ele constitui, nessa ótica, multiplicidades lineares a diversas dimensões, sem sujeito e nem objeto. Dessa forma, oposto a uma estrutura, que se define por um

[...] conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza (PLATÔS, 1995, p. 14-15 apud SILVÉRIO, 2022, p. 264).

Nesse sentido, a questão que se apresenta é a de que o racismo persistentemente atravessa todas as nossas relações cotidianas, em todos os tipos de relações sociais, seja nas instituições, na produção acadêmico-científica, nas mídias e outros espaços (SILVÉRIO, 2022). Dessa forma, o autor afirma que o racismo é responsável por nos fazer enxergar o “Outro” enquanto diferentes e com desconfiança, atribuindo características negativas a todo um grupo de pessoas. Essas construções estariam geralmente associadas ao fenótipo, como também a diferenças culturais, sendo que, conforme explica o autor, suas práticas discriminatórias se atualizam e se ressignificam constantemente em estereótipos a-históricos transpostos do passado para as relações presentes com efeitos nefastos para as suas vítimas.

Assim, o que Silvério (2022) busca evidenciar, é que embora as consequências do racismo sejam analisadas em sua maioria pelas hierarquias e desigualdades em questões socioeconômicas, como educação, habitação, emprego, riqueza e representação em posições de liderança, é “no plano subjetivo que seu potencial destrutivo adquire uma configuração de rede rizomática, manifestando-se

em todas as dimensões de nossa experiência individual e coletiva” (SILVÉRIO, 2022, p. 168). Nesse sentido, Munanga (1999) sugere que o Movimento Negro brasileiro, tem dificuldade de mobilizar suas lutas populares e também de criar um sentimento de uma identidade coletiva, por conta dos fundamentos da ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX a meados do século XX pela elite brasileira, mobilizada pelo ideário do branqueamento, entre outras concepções. Por efeito, isso teria, aos olhos de Munanga (1999), dividido negros e mestiços, alienando-os em seu processo de identidade.

Tal ideologia racial trata-se dos teóricos que fizeram parte da chamada teoria social brasileira. No final do século XIX e início do século XX, a fim de compreender as transformações sociais, políticas e econômicas, das quais vivia o país, vários intelectuais, não especializados nas Ciências Sociais, com o intuito de nortear o desenvolvimento do país, manifestaram-se a fim de interpretar a sociedade brasileira (CANDIDO, 2006). Cabe mencionar também que a construção de ideia de nação no país, tem como intuito, em suas entrelinhas, seguir com a “tarefa civilizadora” iniciada pela colonização portuguesa (GUIMARÃES, 1988). Na primeira Constituição da “democracia” brasileira, datada em 1891, não se encontra menção a qualquer termo que se relacione aos negros ou indígenas e por consequência, nenhuma proposta a fim de amparar tais populações, ressaltando, por efeito, a busca pela criação de uma “identidade nacional” entre seus cidadãos, homogeneizando as distintas culturas existentes aqui.

Entre diversos autores e teses, Munanga (1999) escreve que pode se dizer que a questão da mistura entre raças, como aspecto negativo, foi um ponto em consonância. O atraso brasileiro foi explicado devido a sua ampla miscigenação existente no país. O que sugere, para o autor, que a elite do contexto, estava preocupada com a herança “desfavorável” do negro, em suas perspectivas, no processo de formação de identidade étnica brasileira, com a recém República instaurada. Assim, a pluralidade racial nascida do processo colonial representava, para essa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, como explica o autor. Foi desse modo que a noção de “raça” se tornou o eixo do grande debate nacional que se tratava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX, como explica o autor. As consequências desse processo e da formação de teorias que estabeleciam parâmetros raciais com base em uma suposta ciência, foram imensas e seus efeitos se fazem presentes ainda na atualidade. São efeitos materiais e subjetivos, que contribuíram para a manutenção do grupo que se considerou superior no poder.

Sendo assim, no que diz respeito aos impactos subjetivos para a população negra, como Silvério mencionava, Sueli Carneiro (2005), afirma que são inúmeros os instrumentos que operam para deslegitimar o negro enquanto sujeito “portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo” (CARNEIRO, 2005, p. 97). Além do mais, Nilma Gomes (2009) disserta que para além da produção de saberes não acadêmicos, a disputa teórica e política dos intelectuais negros, via academia, se torna também um espaço fundamental, porque cabe reiterar os prejuízos sociais e a criação de um imaginário racista, que aqueles “homens de ciência” do final do século XIX e início do século XX, ajudaram a reforçar e construir. Mesmo que suas teorias foram questionadas e destituídas no processo histórico, a autora assinala que seus efeitos afetaram para além do campo da produção intelectual e da sociedade de um modo geral. Afetaram também a “vida e as trajetórias de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e negras, inclusive, na educação” (GOMES, 2009, p. 423).

À vista disso, Silvério (2022) afirma que a ciência construída que os inferioriza sobre os pressupostos do racismo científico, disseminou um ponto de vista sobre quem eram os negros, que mesmo refutado posteriormente, continua presente no imaginário social informando inclusive conteúdos educacionais que circulam em todas instituições e redes sociais. Na perspectiva do autor, é a partir da agência criativa negra que tem se dado a valorização das vidas negras e um processo de construção de hegemonia, que se contrapõe às lógicas articuladas através das rejeições, “que ao insistirem e investirem em uma projeção igualitária fictícia negam a riqueza de nossas diferenças culturais” (SILVÉRIO, 2022, p. 41).

2-“QUAL O PROBLEMA DO NEGRO NO BRASIL?”: INTELECTUAIS NEGROS E NEGRAS NA DISPUTA DISCURSIVA

Enquanto aquelas teses defendiam de modo geral a mestiçagem enquanto um processo de transição em direção à construção de uma nação brasileira majoritariamente branca, diante das características “degenerativas” das “raças inferiores” (MUNANGA, 1999), e os responsabilizavam pelo atraso brasileiro no contexto capitalista mundial, há décadas anteriores Luiz Gama, já denunciava os absurdos da sociedade escravista e monárquica. Nascido em 1830, homem negro, ex-escravizado, poeta e jornalista, mesmo sem frequentar o curso de Direito, Azevedo (2020) conta que Luiz Gama atuou como um dos advogados mais conhecidos daquele período, e fez-se um notável crítico social. Já em 1859, Gama discorria, sob uma forma muito original, através do uso da sátira e do deboche, sobre a urgência da abolição do cativo e a necessidade de inclusão do negro

como cidadão naquela sociedade. Este era um tema recorrente em seus textos e sua atuação, o que gerava, é claro, grande incômodo na elite brasileira, como explica a autora.

Em um primeiro momento de seus textos, Azevedo (2020) menciona que Luiz Gama escreveu sátiras, um gênero literário popular no período, e as transformou em um instrumento de crítica política e de costumes, especialmente denunciando o racismo em suas diferentes formas e os mais diferentes assuntos da sociedade brasileira. De acordo com a autora, a denúncia da exclusão gerada pelo preconceito racial era acompanhada, inicialmente, de uma aparente sensação de impossibilidade de ser ultrapassada. A defesa pela equidade na completa inclusão do negro na sociedade, era algo defendido por Gama, desde 1859, algo jamais mencionado na chamada teoria social brasileira, do final do século XIX. É interessante observar que o autor traz o debate racial à tona a partir de uma perspectiva de poder, o qual ele não detém. E ao tomar consciência desse processo e das profundas desigualdades que norteiam as relações raciais no país, o autor passa a denunciar as mazelas sociais vividas pela população negra, especialmente em relação à sua própria trajetória.

Pode-se notar, portanto, a importância da figura de Luiz Gama não apenas para a História do país como um todo, mas especialmente para a luta da população negra e movimento abolicionista. Luiz Gama, é reconhecido, principalmente, por libertar mais de 500 escravizados, ao exigir a aplicação da lei de 7 de novembro de 1831, que declarava livre todos os africanos desembarcados após aquela data, enquanto diversos magistrados, se recusavam a aplicá-la, servindo aos interesses da oligarquia dominante da época (COMPARATO, 2007).

Mesmo diante de sua trajetória, é notável o silêncio a respeito de sua figura e de seu reconhecimento enquanto intelectual, o qual antes mesmo da República, já tecia análises sociais, especialmente sobre as relações raciais no Brasil. Já em 1881, nasce na cidade do Rio de Janeiro, outro importante intelectual brasileiro, conhecido mais tarde pelo nome de Lima Barreto. Como mencionado, o fim do século XIX e início do século XX foram anos de intensos conflitos no país. Uma vez que a abolição não é acompanhada de medidas em favor do liberto, Ianni (1988) afirma que é no contexto da Belle Époque (como ficou conhecida) em que a problemática do negro no país fica mais evidente. Diante disso, Lima Barreto se posicionava através de seus escritos, criticando tais intelectuais que descreviam a sociedade como uma disputa biológica, em que pudesse se hierarquizar “fortes e fracos”, como explica Arantes (2010).

Gostáramos de ressaltar que ao trazer a questão racial para o debate, Lima Barreto retira a discussão do campo biológico e encara o problema racial existente como uma instrumentalização em

prol da proteção de uma “raça” e conservação de privilégios de um grupo específico. Além do mais, Barreto propõe compreender o racismo em todo o seu contexto social e por meio dele, interpretá-lo (ARANTES, 2010). O autor assinala que nos escritos do literato, a figura individual jamais é desvinculada do tecido da sociedade, da dependência individual para com os demais.

Mesmo que sua vida tenha sido curta, falecendo em 1922, com 41 anos, Barreto tem uma rica produção literária, em que escreve sobre o seu cotidiano e, por efeito, o contexto social do qual estava inserido. Independente do tema, é perceptível como tudo desaguava em crítica à política local, como afirma Lilia Schwarcz (2017). Sendo assim, pode-se afirmar que Lima Barreto se preocupava em retratar a realidade e o drama das pessoas negras recém libertas, pessoas excluídas socialmente e marcadas (VIEIRA, 2010).

Mais do que retratar essa realidade, o autor Jackson Vieira (2010, p. 73) afirma que ele “passava a palavra a quem não era permitido” e com isso, escancarou as mazelas sociais, promovidas muitas vezes pelos próprios governantes. Lima Barreto revelava, desse modo, toda a miséria dos subúrbios e os descasos com que são tratados os pobres. O autor disserta que fica evidente que a sua coragem, combinada com sua figura social, gerava incômodos que implicavam na falta de seu reconhecimento e apoio. O silêncio a seu respeito e suas obras se seguiu presente nas “teorias científicas”, as quais, a partir de 1930, tomam um novo rumo a partir das teses de Gilberto Freyre, com a ideia da democracia e harmonia racial.

Entretanto, assim como Gama, Barreto reconhece no início do século XX, a desigualdade de poder e acesso para contestar a estrutura vigente. Isso fica explícito quando denuncia a imparcialidade do sistema judiciário, ao afirmar que sem acesso aos tribunais e sem meios e modos para se obter justiça, a única coisa que lhe restava era a revolta (BARRETO, 1914 apud SCHWARCZ, 2017, p. 378). É interessante observar, que já nesse período Luiz Gama e Lima Barreto destacavam a transferência de responsabilidade dos problemas sociais ao próprio negro brasileiro. É possível perceber também que essa transferência de responsabilidade dos problemas sociais, apesar de ser atualizada, foi mantida ao longo dos anos. Possivelmente, podemos considerar que enquanto marco dessa atualização, data-se a década de 1930, com a tese de Gilberto Freyre.

3- DA DEMOCRACIA RACIAL ÀS PESQUISAS DA UNESCO: UMA NOVA EXTENSÃO DO RIZOMA

É no Brasil de 1930, o qual buscava novos caminhos na orientação política do país, sobretudo preocupando-se com o desenvolvimento social brasileiro, como explica Munanga (1999),

que surge Gilberto Freyre, influenciado pela antropologia relativista e culturalista de Franz Boas, ocupando esse lugar. Sob um novo olhar, Freyre retoma a temática racial tão importante para a construção da identidade nacional, como forma de buscar novos caminhos para a orientação política do país. A grande novidade ocorre quando Freyre compreende a miscigenação enquanto um aspecto positivo, reconhecendo as contribuições benéficas de negros, índios e mestiços para a cultura brasileira (MUNANGA, 1999).

Como dito anteriormente, Freyre desloca o debate que antes era pautado em noções biológicas de raças, para a discussão no campo cultural. Desse modo, ao defender de forma positiva a configuração heterogênea da sociedade brasileira, o que Freyre fez, foi consolidar “o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca, e índia” (MUNANGA, 1999, p. 79). No entanto, o autor comenta que, para Freyre, essas três raças também carregariam suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, fato que seria responsável por proporcionar uma mestiçagem também no campo cultural. É importante ressaltar que Freyre não desconsidera o caráter antagônico das relações sociais, econômicas e políticas, bem como não se refere a uma harmonia dessas relações especificamente, entretanto, reconhece a existência de conciliações entre as diferenças em vista da dualidade cristalizada na sociedade brasileira, o que suavizaria esses embates (REZENDE, 2001).

Apesar de existir uma virada no discurso a respeito da miscigenação, a visão assimilacionista e integracionista se mantiveram (SILVÉRIO, 2022), ao passo que possibilitaram na prática, a criação no ideário brasileiro de um mito pautado na “democracia racial”. Assim, esse discurso se configura enquanto uma criação de uma nova ferramenta de dominação, uma vez que ele cria e proporciona uma falsa justificativa diante de uma situação de discriminação racial. O que, novamente, promove recursos para que essa condição se mantenha. Por outro lado, ele também gera uma continuidade dessa transferência de responsabilidade dos problemas sociais para o próprio negros, uma vez que diante da ideia de uma “inexistência de barreiras raciais”, ele seria responsável por si próprio para dar os rumos da sua vida, como explica Bento (2002).

De outro modo, Santos (2010) explica que a constatação da mestiçagem encarnou nos brasileiros, por meio do ideal da democracia racial, o não-reconhecimento da existência e por efeito, da relevância das “raças” na formação e na dinâmica social brasileira, essas entendidas como cordiais e assimilacionistas. Resultando, portanto, na dedução da inexistência do racismo, ou melhor, confiaram que o anti-racialismo promoveria o anti-racismo no país, como ela explica. À vista disso, Guimarães (2006) introduz outro elemento nesse debate, ao propor uma mudança no modo de

compreender a “democracia racial”, a fim de que ela não seja estudada apenas quanto um mito na construção cultural, mas como uma “cooperação”, “consentimento” ou “compromisso” político. Isto é, enquanto um “pacto” de poder restringido pelo fato de não haver espaço para o reconhecimento de formações étnico-raciais que pretendessem participar do sistema político. O que nos remete ao que Bento (2002) também define como “pacto da branquitude”, sugerindo que parece existir uma espécie de “pacto” entre os brancos de “não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (BENTO, 2002, p. 26).

Também cabe menção neste contexto às pesquisas financiadas pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) sobre as relações raciais no Brasil, a partir de 1950. As pesquisas tinham como intuito, apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente. Maio (1999) explica que a escolha do Brasil foi feita por ser um país onde coexistem relações inter-raciais, conhecido por relatos de viajantes, cientistas, jornalistas e políticos europeus e norte-americanos, os quais se mostravam surpresos com a convivência pacífica entre as raças e etnias aqui no território. Assim, para o autor, o suposto “paraíso racial” existente no Brasil, contrastava com outros países em que o conflito racial era explícito e, por isso, se tornava um local atrativo para pesquisadores.

Entretanto, o que nos interessa destacar neste momento é que conforme explica Valter Silvério (2022), a ideia de que o país havia equacionado a questão racial, seria desmistificada com as pesquisas da Unesco, mas que no entanto, manteriam uma visão assimilacionista e integracionista projetadas pelo sonho liberal universalista. As pesquisas, que contaram com pesquisadores como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Costa Pinto entre outros, acabou frustrando as expectativas iniciais ao ter comprovado o preconceito racial persistente no Brasil, apesar das descrições do país como um “paraíso racial” (MEDEIROS e VIEIRA, 2015).

O nosso estranhamento se constituiu ao fato de que esse período, por conta das pesquisas da Unesco, foi considerado como marco inicial das amplas denúncias de desigualdades raciais no Brasil, conforme explica Medeiros e Vieira (2015), mesmo quando o movimento negro brasileiro e intelectuais negros e negras há tempos já haviam denunciado os intensos embates raciais que aqui existiam. Por essa razão gostaríamos de evidenciar neste momento, a pesquisa de Virginia Bicudo e o Teatro Experimental do Negro, criado inicialmente por Abdias Nascimento.

4-VIRGÍNIA BICUDO E TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO: A ATITUDE DOS BRANCOS E AGÊNCIA CRIATIVA NEGRA

No ano de 1945, Virgínia Leone Bicudo defende sua dissertação de mestrado com a tese que viraria obra, intitulada “Atitudes Raciais de Pretos e Mulato em São Paulo”. Virgínia, nascida em 1910, após se formar como Educadora Sanitária, ingressou em 1936, no curso de graduação em Ciências Políticas e Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) (MAIO, 2010). Já no ano 1942, a autora participa da então recém-criada Divisão de Estudos dos Pós-Graduados da ELSP (Escola de Sociologia e Política de São Paulo), coordenada pelo sociólogo Donald Pierson (um dos pesquisadores da Unesco). Assim, sob sua orientação, Virgínia Bicudo passa a se interessar pelos “estudos de atitudes”, em um encontro e articulação entre a sociologia e a psicologia social, como explica Maio (2010). Mas para além do interesse de seu orientador com a questão racial no Brasil, Maria Moretzsohn (2013) sugere que o motivo dessa questão estar tão presente no trabalho de Virgínia, também pode ser determinado por suas próprias experiências pessoais com o preconceito de cor.

É a partir desse encontro com Donald Pierson que Virgínia Bicudo passa a construir uma pesquisa sobre a “questão racial” no Brasil, “combinando a análise sociológica (estrutura de classes, mobilidade social, status, valores sociais, preconceito de cor), com a psicologia social (‘atitudes sociais’)”, como relata Maio (2010). O autor escreve que, apoiada em estudos de caso, entrevistas, exame de documentação da Frente Negra Brasileira e do jornal Voz da Raça, Virgínia Bicudo traça um amplo painel das relações sociais da cidade de São Paulo.

Na pesquisa, Silva (2011) ressalta que ela não privilegia, portanto, uma análise das relações sociais estruturadas na construção que os grupos sociais forjaram nos processos da história sociopolítica brasileira e suas instituições, ao contrário. “Ela opta por pensar no registro da socialização do cotidiano das relações raciais” (SILVA, 2011, p. 437). Em uma esfera do micro para o macro, Bicudo, conforme explica o autor, não perde de vista o sujeito social. Ou seja, ao pensar no conceito de atitude, a autora reflete na construção do sujeito social, que contém em si o indivíduo. Assim, logo na introdução de seu texto, Virgínia Bicudo (2010) compreende que a atitude é um elemento da personalidade adequado para o estudo de relações raciais. Isso se explica porque a atitude seria determinada pela natureza original do homem e pelas condições sociais em que vive e por isso, seria necessário distinguir entre atitudes individuais e atitudes sociais. No caso, as atitudes sociais expressam, para a autora, o aspecto subjetivo da cultura e conduzem ao conhecimento das condições sociais que concorrem para sua formação.

Ao realizar sua pesquisa, o que Virgínia faz, na concepção de Mário Silva (2011) é deixar o sujeito social falar, assim como fez Lima Barreto. Isto é, Virgínia permite que o sujeito anuncie, clara ou obscuramente, a construção social da qual faz parte. E não somente, pois ao criar esse material, a autora possibilita, que seja possível pensar numa mudança social mais ampla, conforme Silva (2011) explica. Dessa forma, o autor ressalta que a Bicudo consegue expor um panorama sobre a situação social dos descendentes de indivíduos escravizados, os filhos e netos dos últimos cativos. Silva (2011) ainda disserta que as entrevistas, enquanto parte fundamental do trabalho, demonstram que os indivíduos pretos e mulatos, possuem lugares e identidades pré-estabelecidos fixamente no espaço social, mas que são sujeitos sociais fora de lugar, paradoxalmente, ao tomarem consciência disso.

Em suma, no estudo da autora, Bicudo (2010) expõe uma série de análises em relação às atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo, como sugere o título. E a partir disso, ela afirma que parece legítima a possibilidade de conhecerem até certo ponto as atitudes raciais de um grupo étnico, através de suas reações de outro grupo o qual está interagindo (BICUDO, 2010). Isso equivale dizer que ao realizar sua pesquisa, também procurou nas atitudes de pretos e mulatos o reflexo da atitude dos brancos. É sobre isso que Mário Silva (2011) se refere, quando afirma que Bicudo (2010) traz o branco para a discussão, assinando sua genialidade.

Cabe mencionar também, que devido a grande importância de Virgínia, a autora foi incorporada à equipe do Projeto Unesco. Marcos Maio (2010) relata que Bicudo, dando continuidade ao estudo realizado no mestrado, pesquisou as atitudes raciais na vida escolar, o que novamente evidenciou a problemática das relações raciais existentes no país e o papel dos brancos como parte desse processo. Ou seja, ao final do estudo, Maio (2010) afirma que Bicudo chegou a conclusões similares àquelas apresentadas em sua dissertação de mestrado. Isso mostra que a participação de Bicudo no “projeto Unesco” contribuiu, na concepção do autor, para a produção de um conjunto de dados e análises sistematizadas sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

Acontece, que sua pesquisa foi tratada como mero “apêndice” (MAIO, 2010), juntamente como a de outros autores. O autor informa que na primeira página do livro, o qual continha a pesquisa de Bicudo (2010), consta que ele foi organizado “sob a direção dos professores Roger Bastide e Florestan Fernandes”. E, não obstante, pois logo nas primeiras páginas do início do estudo de Bicudo, o autor relata que existe uma nota de autoria de Paulo Duarte, jornalista, político entre outras nomeações, o qual qualifica o estudo de Virgínia como “alguns documentos”, “protocolos de pesquisa”, “relatórios parciais”, o que nos permite também compreender, parte do seu silenciamento até os dias atuais.

Entretanto, não foi somente o trabalho de Virgínia Bicudo que tornou o ano de 1945, um ano memorável para o Brasil. No dia oito de maio de 1945, sob uma intensa expectativa, o Teatro Experimental do Negro (TEN) tem sua noite de estreia, ocorrido no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, marcando eternamente a história do teatro brasileiro. Abdias do Nascimento (2004) divide conosco a informação de que muito antes do projeto levar esse nome, suas motivações partiram também de experiências pessoais, ao assistir uma peça no Teatro Municipal de Lima e se chocar com o papel do herói que na história era preto, mas foi interpretado por um ator branco. Um ator branco, tingido de preto. Nascimento (2004) relata que nada sabia naquela época (1941) sobre teatro. Com sua formação na área de economia, afirma que não poderia julgar a qualidade interpretativa da peça. Mas o incômodo ainda sim, estava posto.

Aquela experiência em Lima, suscitou em Abdias do Nascimento uma vontade de se mobilizar em prol da transformação dessa realidade. Nascimento (2004) buscava um modo de erradicar o absurdo que isso significava para o negro e seus prejuízos de ordem cultural no Brasil. Abdias conta que deixa a peça naquele dia, com a decisão de criar um organismo teatral aberto ao protagonismo negro, “onde ele ascendesse da condição adjetiva e folclórica para a de sujeito e herói das histórias que representasse” (NASCIMENTO, 2004, p. 210).

Desse modo, é no ano de 1944, que surge efetivamente, na cidade do Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, ou o TEN, como conhecido. A sua proposta era a de resgatar os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante, que desde a fundação do Brasil, portava uma bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, que reforçava os conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra (NASCIMENTO, 2004).

Ao se propor, desse modo, a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte, Nascimento (2004) conta que o TEN gerou sussurros já nos primeiros anúncios de sua criação. Diante disso, ele disserta que era previsível o destino polêmico do TEN, especialmente se tratando de uma sociedade que historicamente buscava esconder a verdadeira prática do racismo e da discriminação racial “com a peneira furada do mito da ‘democracia racial’” (NASCIMENTO, 2004, p. 210). Entretanto, o projeto se constitui de tal forma, que passa a se desenvolver em duas principais frentes: “promover, por um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido” (NASCIMENTO, 2004, p. 211).

É preciso reconhecer a grandiosidade desse projeto. Projeto que a um só tempo, conforme Abdias do Nascimento (2004) descreve, alfabetizava seus participantes, os quais eram entre eles, operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, funcionários públicos e a partir disso, oferecia-lhes uma nova atitude. Nesse sentido, o TEN realizou uma série de ações para fora do teatro, como o histórico I Congresso do Negro Brasileiro em 1950, já mencionado. Nascimento (2004) também expõe os concursos de beleza Rainha das mulatas e Boneca de pixe; como um instrumento pedagógico para realçar a beleza da mulher afro brasileira e educar o gosto estético popular em contrapartida aos padrões brancos de beleza; menciona também o Instituto Nacional do Negro, em parceria com Guerreiro Ramos, com intuito de desenvolver uma terapia para a consciência dilacerada do negro vitimado pelo racismo; jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro, que vigorou entre 1948 e 1951; em 1968, conta que lançou a primeira coleção de seu Museu de Arte Negra; entre outras ações realizadas.

5-AS RELAÇÕES RACIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

A história da comunidade negra brasileira é repleta de movimentos e reivindicações por direitos, o que garantiu avanços como a implementação da lei 10.639/03 que modificou a lei no 9.394/96 (LDB) nos seus artigos 26 e 79, tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial de ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. Citamos o exemplo da lei 10.639/03 justamente por entender a educação como um potente caminho para a construção de novas possibilidades de compreensão do mundo. No caso da educação brasileira, os livros didáticos, em específico, ocupam um papel central na disseminação de discursos dentro das escolas. Eles trazem um amplo panorama que nos possibilita a compreensão das disciplinas, culturas escolares e do pensamento pedagógico em certo contexto histórico (MEUCCI, 2020).

Os conteúdos presentes nos livros didáticos devem obrigatoriamente seguir as diretrizes apontadas pelo MEC. Depois do processo de triagem, esses livros vão para as escolas para serem escolhidos pelos professores. Há um progresso na esfera de políticas públicas voltada para a distribuição de livro didático, por conta da avaliação mais rigorosa e da confecção de um Guia dos livros didáticos, mas ocorre também uma dinâmica de controle do Governo Federal sobre os conhecimentos que serão difundidos e abordados nos materiais didáticos, como sugere Cassiano (2004). Como Alain Choppin (2004) aponta, os livros didáticos, além de instrumentos pedagógicos, também se configuram como um vetor transmissor de histórias e ideologias transmitidas às gerações

mais jovens. Choppin (1998, p. 169), também nos explica que os livros didáticos apresentam um caráter político, o que faz deste um objeto de disputa no sentido real e no sentido simbólico.

O PNLD de 2018 foi o último a vigorar nas escolas antes da proposta do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular. No que diz respeito à disciplina de Sociologia, as obras que foram aprovadas pelo PNLD de 2018 foram: Sociologia, da editora Scipione; Sociologia Hoje, da editora Ática; Tempos Modernos, Tempos de Sociologia, da Editora do Brasil; Sociologia em Movimento, da Editora Moderna; Sociologia para jovens do Século XXI, da editora Imperial Novo Milênio.

Ao analisar cada um desses livros, Wermenlinger (2022) observou que todos os livros didáticos de Sociologia disponibilizados pelo PNLD de 2018 trazem abordagens referentes à população negra brasileira, principalmente nas unidades relacionadas à área da antropologia. Ela explica que a representatividade cultural destas populações é garantida nestes manuais, principalmente a partir de temas que explicam a colonização portuguesa no Brasil e como isso resulta nas discriminações que persistem até os dias atuais.

No caso, a autora levanta alguns pontos que estão presentes em todas as obras avaliadas, como é o caso da temática do racismo e a escravidão, os quais são normalmente trabalhados de forma conjunta. Wermelinger (2022) explica que no decorrer da contextualização da discussão sobre racismo, a escravidão é um assunto que sempre é abordado e explicado como uma das principais origens do racismo que se perpetua até os dias atuais na nossa sociedade. A autora menciona que existe também, um consenso entre as obras, com exceção da obra Sociologia, na utilização dos teóricos Gilberto Freyre e Kabengele Munanga para se debater a questão do racismo. Todas as obras perpassam pelo mito da democracia racial e as ideias de Munanga são utilizadas para fazerem um contraponto atualizado às teorias de Gilberto Freyre, exceto no livro Sociologia, que não traz nenhuma menção à Munanga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir discussão realizada até o momento, procuramos evidenciar as implicações dos discursos construídos ao final do século XIX, pela teoria social brasileira, o qual construiu e fomentou a ideologia do embranquecimento racial, gerando inúmeros práticos e subjetivos para as populações racializadas, sobretudo para a população negra, como tem sido nosso foco. É interessante observar, que já nesse período (final do século XIX e início do XX) Luiz Gama e Lima Barreto destacavam a transferência de responsabilidade dos problemas sociais ao próprio negro

brasileiro. Além do mais, os autores assinalaram como os embates raciais dos períodos em que vivenciam, eram uma característica fundamental da sociedade brasileira, definindo a forma desigual em que os grupos racializados viviam no país.

Enquanto marco da mudança discursiva da ideologia do embranquecimento, a qual compreendia a mestiçagem enquanto um aspecto negativo, tem-se a década de 1930, com a tese de Gilberto Freyre e a publicação de suas obras “Casa Grande Senzala”, em 1931 e “sobrados e Mucambos” em 1933. Suas teses consideravam, pela primeira vez dentre desses teóricos, a mestiçagem enquanto um aspecto positivo, fato que contribuiu para que fosse criado no imaginário brasileiro, um mito que se baseia na crença de que no Brasil existiria uma “democracia racial”, pois devido à mistura de “raças”, isso geraria uma população anti-racista e sem preconceitos dessa origem. No entanto, na prática, esse discurso ou ainda, esse “pacto”, como considerado pelos autores, se transformou em uma nova ferramenta de dominação, ao criar uma falsa ideia de harmonia e pacificação.

Contudo, mesmo com intelectuais negros e negras, já ressaltando os embates raciais existentes na sociedade brasileira, como fez Virgínia Bicudo e Abdias Nascimento, com o Teatro Experimental do Negro, essa afirmativa somente será reconhecida como verdadeira, inclusive internacionalmente, a partir das pesquisas financiadas pela Unesco, em 1950. As quais, conforme assinalam os autores, apesar de reconhecerem os entraves raciais existentes no país, mantêm uma lógica assimilacionista e integracionista.

Também cabe destacar que as iniciativas da agência negra e o Movimento Negro, promovendo mudanças significativas não apenas no campo acadêmico, disputando essas narrativas, (como foi o caso dos autores até aqui mencionados, além de Lélia Gonzalez e Guerreiro Ramos, na década de 1970), mas, sobretudo, na agenda política do país. A Constituição brasileira de 1988, mostra um grande exemplo de suas conquistas, ao reconhecerem os grupos racializados enquanto parte da constituição da sociedade brasileira e instituindo novas leis que incriminasse a prática do racismo, pela primeira vez.

Destacamos também que outro aspecto extremamente relevante foi a instauração das Leis 10.639/03 e 11.645/08, tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial de ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira” e por consequência, alterando o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), diante da necessidade de incorporação das temáticas. Ao versarmos sobre a importância do livro didático, enquanto recurso central na disseminação de discursos dentro das

escolas, buscamos evidenciar o caráter político que os mesmos possuem, uma vez que atuam também como transmissores de histórias e ideologias para as gerações mais jovens.

Visto isso, considerando o último PNLD (2018) a vigorar nas escolas antes da proposta do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular, procuramos observar como a discussão narrada até aqui, no que diz respeito às relações raciais no Brasil, aparece nos livros didáticos de Sociologia. E com base na pesquisa da autora desse artigo (2022), gostaríamos de fazer algumas ressalvas.

Apesar dos livros didáticos de sociologia abordarem e apresentarem uma contrapartida as teses da democracia racial e do embranquecimento, o que é fundamental, dado aos seus inúmeros efeitos aqui comentados, eles ainda optam por apresentar uma narrativa pouco aprofundada sobre o tema das relações raciais, trazendo como eixo condutor o mito da democracia racial. Gilberto Freyre é o grande autor em destaque na maioria dos livros, acompanhado por aqueles que são frutos das pesquisas da Unesco, bem como Kabengele Munanga e suas contrapartidas e considerações sobre o mito da democracia racial. Não desconsideramos aqui a importância desses autores em prol da mudança discursiva sobre as teses do embranquecimento, da democracia racial e seus desdobramentos.

No entanto, ao não abordarem o movimento negro brasileiro, sua agenda e feitos políticos, assim como as figuras que fizeram parte historicamente do mesmo e conjunto com suas teses, enquanto o grande protagonista das viradas discursivas e sociais, contribui para que, de certa forma, a ideia da existência de uma “harmonia” em torno das relações raciais e suas teorias, se mantenha. Tornar-se importante em vista disso, que as teses de intelectuais negros e negras que rebatem essas ideologias outras (desde ao menos, meados do século XIX), sejam não apenas mencionadas, como de fato consideradas e narradas nos materiais didáticos.

Além de mostrar como a disputa das relações raciais também ocorreu no campo argumentativo, falar sobre esses sujeitos, explicitando seus nomes, suas histórias e suas narrativas, se torna relevante igualmente, na medida em que isso também possibilita que sejam criadas novas representações no imaginário social. Para além disso, novas possibilidades de discussões também surgem a partir disso, uma vez que poderíamos debater sobre outras perspectivas históricas a respeito da forma em que as relações raciais e seus emblemas se constituíram no Brasil e ainda, construir novas indagações a respeito das mesmas. Como repensar os motivos e as consequências para o fato de que também nas teses produzidas pelos sujeitos do Movimento Negro, a população indígena e suas questões, a qual aparece igualmente enquanto inferiorizada nos escritos dos teóricos

sociais brasileiros, foram desconsideradas ou pouco mencionadas. Diante disso, entendemos que essa também pode ser uma alternativa que contribua com a desracialização das nossas relações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli Carneiro; Editoria Jandaíra, 2021. 264 p. (Feminismo Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro).
- ARANTES, Marco Antônio. Loucura e Racismo em Lima Barreto. **Espaço Plural**, vol. XI, núm. 22, janeiro-junho, pp. 45-56, 2010.
- AZEVEDO, Elciene. “Se negro sou, eu sou bode, pouco importe, o que isso pode?”: inclusão e cidadania na pena de Luiz Gama. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Orgs.). **Pensadores negros - pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX**. Belo Horizonte-MG, Fino Traço, 2020.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2002, p. 25-58.
- BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo, Sociologia e Política, 2010.
- BOMENY, Helena et al. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Do Brasil, 2016.
- CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 18, n. 1, p. 271-301, June 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100015&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100015>.
- BRASIL. **Guia PNLD 2007**. Disponível <em:<http://www.fnde.gov.br/pnld-2007/>> . Acesso em: Nov. 2021.
- BRASIL. **Guia PNLD 2018**. Disponível <em:<http://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>> . Acesso em: Nov. 2021.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASSIANO, Célia Cristina de F. **Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de história e suas implicações curriculares**. História. v. 23 n. 1-2, p.33-48, Franca, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742004000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: Out. 2021.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa, São Paulo, p. 549-566, set./dez. 2004.

CHOPPIN, Alain. 1998. **Las políticas de libros escolares en el mundo: perspectiva comparativa e histórica**. PÉREZ SILLER, J. y RADKAU GARCÍA, V. (coords.): Identidad en el imaginario nacional. Reescritura y enseñanza de la historia. México, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma de Puebla/El Colegio de San Luis y Georg Eckert Institut. pp. 169-180.

COMPARATO, Fábio. Luiz Gama, herói do povo brasileiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, maio. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1305200709.htm>. Acesso em: 06/09/2021.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros, IN: Romão, Jeruse. **História da educação dos negros e outras histórias**. Coleção Educação para Todos: SECAD, 2005.

GOMES, Nilma. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: **Epistemologias do Sul** / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra; Editora Almedina. 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, [s.l.], v.12, n.1, p. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-erela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf> . Acesso em 13 ago 2021.

GUIMARÃES, A. S. A.. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, v. 18, n. Tempo soc., 2006 18(2), p. 269–287, nov. 2006.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos**: o IHGB e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, no1, v. 1, p. 3-27, 1988.

IANNI, O. Literatura e consciência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 28, p. 91-99, 1988. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i28p91-99. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70034>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MAIO, M. C.. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. **Cadernos Pagu**, n. Cad. Pagu, 2010 (35), p. 309–355, dez. 2010.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 14, n. 41, p. 141-158, Oct. 1999. Acesso em 29 de março de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300009>.

MEDEIROS, Priscila Martins; VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. Da mestiçagem à reconstrução diaspórica do pertencimento étnico-racial Plural - **Revista de Ciências Sociais**, vol. 22, núm. 2, 2015, Julho-Dezembro, pp. 161-181 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MEUCCI, Simone. Os Livros Didáticos da Perspectiva da Sociologia do Conhecimento: Uma proposição teórico-metodológica. In: **Revista Brasileira de História da Educação** (v . 2 0 , 2 0 2 0) Dossiê.

MORETZSOHN, Maria Ângela Gomes. Uma história brasileira. **J. psicanal.**, São Paulo, v. 46, n. 85, p. 209-229, jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352013000200019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 jun. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Pretrópolis-RJ, Vozes, 1999.

NASCIMENTO, A. do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões . **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9982>. Acesso em: 12 out. 2022.

REZENDE, Maria José de. Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil. *Tempo Social*; **Rev. Sociol. USP**, S.Paulo, 13(2): 201-226, novembro de 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. **Sociedade e Estado [online]**. 2011, v. 26, n. 2 [Acessado 18 Junho 2022] , pp. 435-445. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000200020>>. Epub 02 Fev 2012. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000200020>.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Agência criativa negra: rejeições articuladas e reconfigurações do racismo** / Valter Roberto Silvério. Prefácio de Anete Abramowicz. - São Paulo: Intermeios, 2022. 272 p.

VIEIRA, Jackson Diniz. Identidade negra e modernidade na obra de Lima Barreto. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Estudos Interculturais) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2010.

Wermelinger, Vitória. **A Decolonialidade Nos Livros Didáticos De Sociologia: Entre A Legislação E Os Materiais Didáticos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro De Ciências Humanas, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, p.105. 2022.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Conceitualização: Laura Mendes Grosso

Curadoria de dados: Laura Mendes Grosso

Análise de Dados: Vitória Marinho Wermelinger

Recebimento de Financiamento: Laura Mendes Grosso e Vitória Marinho Wermelinger

Pesquisa: Laura Mendes Grosso e Vitória Marinho Wermelinger

Metodologia: Vitória Marinho Wermelinger e Laura Mendes Grosso

Administração do Projeto: Laura Mendes Grosso e Vitória Marinho Wermelinger

Disponibilização de Ferramentas: Laura Mendes Grosso

Desenvolvimento, implementação e teste de software: Laura Mendes Grosso

Supervisão: Vitória Marinho Wermelinger

Validação de dados e experimentos: Vitória Marinho Wermelinger

Design da apresentação de dados: Laura Mendes Grosso

Redação do Manuscrito: Vitória Marinho Wermelinger

Redação - revisão e edição: Laura Mendes Grosso

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER: Autora 1 Laura Mendes Grosso: Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, Bolsista CAPES. Licenciada em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina (2021) e bacharel no curso de Ciências Sociais, pela mesma Universidade.

Autora 2 Vitória Marinho Wermelinger: Cientista Social formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.